



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 28 DE ABRIL DE 2017

ATA N.º 02/2017

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta Cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária Maria Odete Pinho Cabral e do Segundo Secretário, Tiago Miguel Luz Almeida, em substituição da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, José Augusto Chora Félix, Gilberto de Sousa Borges, Adriano Manuel Mota Costa, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Adriana Martins Falcão Rebelo.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Esteve presente a assistir à sessão o cidadão José Pedro Medeiros, Presidente da Direção da Associação Ecológica - Amigos do Calhau, que manifestou a intenção de intervir, no período de intervenção ao público e dois elementos do Jornal Diário da Lagoa.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a

Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos.

Expôs que esta foi a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de 2017, realizada no mês de abril, mês em que o Município assinala o seu 5.º aniversário de elevação a Cidade. Felicitou a Câmara Municipal, pelo seu programa de atividades, centrado nas principais Praças da Cidade, Praça de Nossa Senhora da Graça e Praça da República, Polivalente de Água de Pau e dedicado às novas gerações, tornando, deste modo, a festa mais próxima das populações. Muitos parabéns à Câmara Municipal!

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira sessão ordinária, do dia 21 de fevereiro de 2017.

A ata foi aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor, e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos dezanove membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 22 de fevereiro a 28 de abril de 2017, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Adriana Martins Falcão Rebelo foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de abril de 2017.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO À PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DA RIBEIRA CHÃ:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Voto de Congratulação à Paróquia de São José da Ribeira Chã, que abaixo se transcreve:

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Uma igreja paroquial é a referência identitária da comunidade que somos.

A Igreja Paroquial de São José da Ribeira Chã, um dos templos mais modernos de São Miguel e dos Açores, está a festejar o seu quinquagésimo aniversário – 50 anos de história cristã.

Celebrar meio século de existência é fazer memória de um caminho percorrido, das conquistas alcançadas, dos obstáculos superados e perpetuar a história construída de um Povo.

O padre João Caetano Flores iniciou o seu percurso enquanto pároco da Ribeira Chã, em 1956, com a grande responsabilidade de erguer um novo templo para substituir a antiga ermida construída em 1853 e que havia sido, fortemente, danificada por um sismo.

A construção da nova igreja teve início em 1962, tendo sido um processo envolto num espírito de comunidade magnífico, o dinheiro a ser junto tostão a tostão, o pároco e os paroquianos unidos pelo mesmo objetivo, estabelecendo-se até, entre todos, o compromisso da dádiva de um dia de trabalho por mês. Tanto as crianças como os idosos envolveram-se neste processo, fosse na ajuda prestada no transporte de materiais, fosse na recolha de donativos.

A angariação de donativos procedeu-se ao longo dos anos de 1962 e 1963, através da organização de vários cortejos de oferendas. Realizaram-se, ainda, campanhas de beterraba, vinho, trigo, amendoim e outros cujo proveito destinava-se a financiar as obras da nova igreja. Poder-se-á dizer que foi uma paróquia nascida do povo e para o povo.

De salientar que o mérito da construção do novo templo deveu-se, essencialmente, ao padre João Caetano Flores, que mobilizou não só os fiéis da paróquia de São José da Ribeira Chã que lá residiam, como os que longinquamente permaneciam ligados de coração ao seu padroeiro.

Esta igreja tem uma ação sociocultural envolvente, que é digna de realçar. Dispõe de um Museu de Arte Sacra e Etnografia, com valioso espólio de peças de grande valor histórico e artístico, que atestam um passado de grande riqueza a nível religioso; a Casa Museu Maria dos Anjos Melo, que retrata uma casa típica micaelense e um polivalente desportivo, que contribui para a formação desportiva dos jovens da freguesia. Para além disso, possui outras valências, também, de âmbito social e cultural, inerentes ao Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.

Celebrar 50 anos de história cristã é refletir sobre o papel da igreja não só nas suas funções primordiais de afirmação e propagação da fé cristã, mas também na educação e na formação da sociedade.

O seu papel evangelizador acompanhou os desafios de cada época e o evoluir dos tempos, exercendo, como em todas as comunidades, um papel fundamental na busca de respostas aos problemas existentes e na construção de uma sociedade mais justa e digna e rica de valores morais e espirituais, que constituem a essência de união dos povos.

Deste modo, pela singularidade e valor patrimonial da paróquia de São José da Ribeira Chã, esta constitui um ícone religioso e identitário da população da Ribeira Chã e açoriana em geral.

Neste âmbito, nos termos regimentais aplicáveis proponho à Assembleia Municipal:

- Aprovar este voto de congratulação à Paróquia de São José da Ribeira Chã;*
- Dar conhecimento deste voto ao Pároco, à Diocese de Angra e às instituições locais."*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação à Paróquia de São José da Ribeira Chã;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Congratulação ao Pároco, à Diocese de Angra e às Instituições Locais;

3.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal felicitou a Câmara Municipal de Lagoa pela rede de trilhos criada no Concelho, que representa um meio de divulgação do nosso património natural e mais uma oferta turística que o Concelho dispõe.

Referenciou a importância que representa para a Freguesia da Ribeira Chã a compra, por parte do Município, do terreno para a disponibilização de um loteamento para construção de habitações. A necessidade de se criar um loteamento que garanta aos casais a fixação de residência na Ribeira Chã, é uma necessidade há muito reclamada pela Junta de Freguesia, para garantir a permanência dos seus habitantes e assegurar, por via disso, a renovação geracional. Este processo é crucial para a vitalidade da comunidade. Muitos parabéns à Câmara Municipal e à Freguesia da Ribeira Chã.

Destacou a importância que o Concelho de Lagoa tem tido ao nível de eventos desportivos, que engrandecem o Concelho e que transformam a Lagoa num Concelho reconhecido, pela sua projeção e divulgação. O exemplo disso foi, há pouco tempo, O Lagoa Stage, do Azores Airlines Rallye, que é um marco histórico para o Concelho.

Felicitou, ainda, a Senhora Presidente da Câmara Municipal por ter demonstrado, há dias, na sessão promovida pelo Clube de Patinagem de Santa Cruz, que serviu para apresentar a organização da 6.ª edição do Açores Challenge, a disponibilidade do Município para apoiar e ver concretizado, na Cidade de Lagoa, o campeonato europeu de patinagem, que se realiza em 2018.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2016:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2016, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 9.924.215,00 (nove milhões novecentos e vinte e quatro mil duzentos e quinze euros) e de € 515.987,30 (quinhentos e quinze mil novecentos e oitenta e sete euros e trinta cêntimos) esta

referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 434.672,38 (quatrocentos e trinta e quatro mil seiscentos e setenta e dois euros e trinta e oito cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 10.874.874,68 (dez milhões oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e setenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 9.451.359,49 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 632.505,02 (seiscentos e trinta e dois mil quinhentos e cinco euros e dois cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 791.010,17 (setecentos e noventa e um mil dez euros e dezassete cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 18 de agosto, alterada pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 26/2013, de 21 de novembro.

O Município de Lagoa obteve, em 2016, uma das melhores taxas de execução orçamental dos últimos 20 anos, com 95,8% no orçamento global da receita e de 89,6% no orçamento global da despesa. Comparativamente a 2015, o Município de Lagoa registou em 2016, um aumento na taxa de execução da receita de 1,9% e uma diminuição na taxa de execução da despesa em 2,6%. Esta situação resulta do maior rigor que tem sido implementado na elaboração do orçamento e da forte contenção na despesa, permitindo a autarquia uma poupança para os projetos a Fundos Comunitários que serão realizados em 2017.

Em 2016, pelo terceiro ano consecutivo, a Câmara Municipal de Lagoa conseguiu encerrar o ano, sem dívida a fornecedores.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2016 sido apreciados e votados, por maioria, com dezoito votos a favor, e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos dezanove membros presentes, de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita de € 10.109.304,90 (dez milhões cento e nove mil trezentos e quatro euros e noventa cêntimos) e de despesa € 9.451.359,49 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos), acusando um saldo de € 657.945,41 (seiscentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 515.987,30 (quinhentos e quinze mil novecentos e oitenta e sete euros e trinta cêntimos) e com o saldo de € 249.582,48 (duzentos e quarenta e nove mil quinhentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) perfaz a quantia de € 765.569,78 (setecentos e sessenta e cinco mil quinhentos

e sessenta e nove euros e setenta e oito cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 632.505,02 (seiscentos e trinta e dois mil quinhentos e cinco euros e dois cêntimos), apresentando um saldo de € 133.064,76 (cento e trinta e três mil sessenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos) e acusando um saldo de execução orçamental de € 657.945,41 (seiscentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com dezoito votos a favor, e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos dezanove membros presentes.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2016, foi pela Câmara Municipal apresentada a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.7.3.3., do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, quando existir saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

Reforço do património;

Constituição ou reforço de reservas.

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de € 1.144.345,54, seja aplicado da seguinte forma:

Reforço do Património: € 105.689,84

Reservas Legais: € 57.217,27

Reservas Livres: € 981.438,43.”

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com dezoito votos a favor, e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos dezanove membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2016, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 3 – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto - Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação de Receita:

160101 – Na Posse do Serviço – 657.945€

Abertura de Obra:

07010305 - NOVA OBRA - Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica na Escola do Cabouco – 1€

Reforços:

Despesas Correntes

02022599 – Outros Serviços - 30.000€

Despesas de Capital

070101 – Obra n.º 3/I/2017 - Aquisição de Terrenos – 20.650€

07010202 - Obra n.º 2/I/2017 -Aquisição de Imóvel - Água de Pau – 34.999€

07010302 - Obra n.º 6/I/2017 - Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 51.906€

07010305 - Obra n.º 5/I/2017 - Construção de Alpendres nas Escolas Manuel Medeiros Guerreiro e Tavares Canário – 13.843€

07010307 - Obra n.º 25/I/2015 - Manutenção – Edifícios Municipais – 34.871€

070115 – Obra n.º 6/I/2016 – Smart City Lagoa e Modernização Administrativa – 93.200€

07010406 - Obra n.º 7/I/ 2016 - Equipamentos Desportivos – 35.000€

07030301 - Obra n.º 2/I/2016 - Infraestruturas Rodoviárias – 25.000€

07010406 - Obra n.º 7/I/ 2017 - Remodelação Sede dos Escuteiros de Santa Cruz – 6.400€

07010602 - Obra n.º 4/I/ 2017 - Aquisição de Viatura – 74.979€

07011003 - Obra n.º 30/I/2016 - Eficiência Energética dos Edifícios e Infraestruturas Municipais – 77.096€

080701 – Instituições sem Fins Lucrativos – 10.000€

110202 - Obra n.º 1/A/2016 - Promoção Turística – Eventos – 150.000€.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com dezoito votos a favor, e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 657.945,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e cinco

euros) na receita total e na despesa total € 657.945,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros), sendo € 30.000,00 (trinta mil euros) de despesas correntes e € 627.945,00 (seiscentos e vinte e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros) de despesa de capital, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA DE INCLUSÃO DE NORMAS REGULAMENTARES DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO AZULEJAR NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre a proposta de inclusão de Normas Regulamentares de Salvaguarda do Património Azulejar no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores foi presente a informação que abaixo se transcreve:

“Em reunião Camarária, de 28 de novembro de 2016, foi presente a Proposta de Inclusão de Normas Regulamentares de Salvaguarda do Património Azulejar no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores.

Dando cumprimento ao deliberado naquela reunião foi publicado no Diário da República 2.ª Série n.º 5, de 6 de janeiro de 2017, o aviso n.º 271/2017 dando conhecimento do período de apreciação pública, da referida proposta.

No período de apreciação pública foi presente, em 16 de fevereiro de 2017, pelo Doutor Rui de Sousa Martins, do Gabinete de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, um conjunto de observações e sugestões, relativamente à salvaguarda do património azulejar Lagoense.

O processo deverá ser presente à reunião da Câmara Municipal para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.”

A Câmara Municipal, em sua reunião de 29 de março, após análise do processo e as observações e sugestões apresentadas deliberou, por unanimidade, incluir o número 3 ao artigo 20-E.º que passará a ter a seguinte redação:

“ARTIGO 20-E.º

CONDICIONAMENTOS AMBIENTAIS E CULTURAIS

1. É interdita a remoção de azulejos de fachada de qualquer edificação, salvo em casos devidamente justificados, autorizados pela Câmara Municipal em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes.

2. É interdita a demolição de fachadas revestidas a azulejos de qualquer edificação, salvo em casos devidamente justificados, autorizados pela Câmara Municipal em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes.

3. É interdita a demolição de outros elementos de barro cozido produzidos na Lagoa e associados às frontarias ou existentes na entrada de moradias, autorizados pela Câmara Municipal em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor, e a abstenção do Deputado Municipal Rui Meneses, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a Proposta de Inclusão de Normas Regulamentares de Salvaguarda do Património Azulejar no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, conforme consta do Artigo 20-E.º Condicionamentos Ambientais e Culturais, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA - INSTRUÇÃO DO PROCESSO PARA A CLASSIFICAÇÃO DA FÁBRICA DO ÁLCOOL DA LAGOA COMO DE INTERESSE MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de instrução do processo para a Classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como de Interesse Municipal, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número **1**.

Nos termos do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, foi feita a consulta pública, informando a intenção da classificação por edital, pela publicação de anúncio no Jornal Oficial.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e referiu que iria apenas acrescentar à informação que já foi disponibilizada a todos os Senhores Deputados Municipais que foi feita a consulta pública deste processo e após a sua aprovação será publicitada a deliberação no Jornal Oficial.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar o processo de Classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como de Interesse Municipal, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro;

2.º Publicar a presente deliberação de classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como de interesse municipal por edital a afixar nos lugares de estilo e na 2.ª série do Jornal Oficial, conforme referido no citado Decreto Legislativo Regional;

3.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA - 2016:

Pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa (CPCJ) foi presente o ofício n.º 167/2017, de 17 de março, remetendo o relatório anual de atividades daquela Comissão de Proteção, referente ao ano de 2016, o qual foi aprovado em reunião da Comissão Alargada no passado dia 15 de fevereiro, conforme dispõe a alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação que refere que compete à Comissão Alargada aprovar o relatório anual de atividades e avaliação e enviá-lo à Comissão Nacional, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 7 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme distribuído por todos os membros, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à ordem de trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta de alteração do Regulamento Municipal do Cartão de Idoso pelo novo Regulamento Municipal para atribuição do Cartão Lagoa + Saúde;
- Projeto do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos dezanove membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO DE IDOSO PELO NOVO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO LAGOA + SAÚDE:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à proposta de alteração do Regulamento Municipal do Cartão de Idoso pelo novo Regulamento Municipal para atribuição do Cartão Lagoa + Saúde do Município de Lagoa - Açores, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões da referida proposta de alteração que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 50, de 10 de março de 2017, sem que dela tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o atual regulamento só beneficiava os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, com o novo regulamento passam a beneficiar do Cartão Lagoa + Saúde todos os cidadãos residentes no Concelho de Lagoa, desde que preencham os seguintes requisitos:

- a) Tenham idade igual ou superior a 65 anos;
- b) Estejam em situação de invalidez, portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, com idade igual ou superior a 45 anos, e com atestado médico de incapacidade permanente igual ou superior a 70%;
- c) Tenham rendimentos, per capita, inferiores ou iguais a 85% do salário mínimo nacional aplicado na Região Autónoma dos Açores;
- d) Tenham um património predial inferior ou igual a um valor máximo de 150.000,00€ de acordo com avaliação imóvel emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira;
- e) Sejam residentes no Concelho de Lagoa há pelo menos 3 anos.

O novo Regulamento passará a contemplar a situação de invalidez e a atribuição de benefícios através de três escalões, em função dos rendimentos que passará a incluir a relação do património dos beneficiários. O 1.º Escalão inclui apoio na medicação, redução do pagamento de água e cabaz; o 2.º Escalão inclui redução do pagamento de água e cabaz e o 3.º Escalão o cabaz.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta de alteração do Regulamento Municipal do Cartão de Idoso pelo novo Regulamento Municipal para atribuição do Cartão Lagoa + Saúde do Município de Lagoa - Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROJETO DO REGULAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – O BORBAS:

Pela Câmara Municipal foi presente o Projeto do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões do referido projeto que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 35, de 17 de fevereiro de 2017, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o Projeto do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – “O Borbas” visa definir as regras de organização e funcionamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O BORBAS, sito na Rua Eng.º Clemente de Vasconcelos, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa.

O CATL destina-se a proporcionar atividades de ocupação de tempos livres a crianças do pré-escolar, 1.º e 2.º ciclo, após o período escolar e durante as interrupções letivas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar o Projeto do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENTRADA DO DEPUTADO MUNICIPAL FREDERICO FURTADO DE SOUSA.

ASSUNTOS DIVERSOS:

O Deputado Municipal Paulo Reis, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e relatou as dificuldades de acesso às Piscinas Municipais e os problemas de circulação, nomeadamente, em frente ao Porto de Pescas, causados pelas viaturas paradas no meio da rua, para cargas e descargas no edifício da Lota. A colocação das floreiras também veio dificultar o acesso. Alertou ainda, para as dificuldades de estacionamento na Rua do Vigário, e sugeriu o estudo de uma solução alternativa para facilitar o acesso a toda àquela zona.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que os pilaretes junto ao edifício da Lota foram substituídos por floreiras a pedido dos comerciantes da zona. A Travessa da Quebrada já teve o sentido único norte/sul mas foi invertido para sentido único sul/norte, devido à falta de visibilidade e dificuldades na saída para a Rua Cidade de New Bedford.

Relativamente à falta de estacionamento para os utentes do Ginásio do Aquafit, tem conhecimento que é um problema mas não tem sido fácil encontrar um espaço disponível para criar um estacionamento naquela zona. Deu conhecimento que propôs que na construção do segundo edifício do Nonagon, que tem que constar um ginásio, que fosse estudada a possibilidade de deslocação do Ginásio do Aquafit para aquele edifício e assim resolvia-se o problema de estacionamento naquela zona.

O Deputado Municipal André Almeida, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e confirmou que os camiões ao fazerem cargas e descargas junto ao edifício da Lota ocupam quase toda a via e dificultam a circulação do trânsito. Quando existiam os pilaretes era mais fácil contornar. Sugeriu que deviam desviar as floreiras 20 ou 30 cm de forma a facilitar a circulação do trânsito quando os camiões estão a fazer cargas e descargas junto ao edifício da Lota.

Relativamente ao acesso às Piscinas Municipais não há outra solução. Já foram feitas várias experiências, com inversão de todos os sentidos de trânsito das zonas envolventes. O problema é o estacionamento e as alternativas são o estacionamento no Porto dos Carneiros e na Zona da Relvinha.

Sobre a possibilidade de deslocação do Ginásio do Aquafit, para o segundo edifício do Nonagon, deu a sua opinião, referindo que pode ser benéfica mas iria-se perder a vista para o mar.

A Deputado Municipal Filomena Oliveira, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que a Travessa da Quebrada com o sentido único sul/norte obriga os condutores a darem uma volta maior para terem acesso ao Aquafit. Disse ainda que há moradores da Rua do Vigário que estacionam as suas viaturas no parque de estacionamento do Aquafit, o que em sua opinião, é uma falta de civismo para com os utentes do Aquafit que têm que estacionar as suas viaturas longe.

Acrescentou que não concorda que o Ginásio do Aquafit seja deslocado daquela zona porque está próximo das Piscinas Municipais e no mesmo espaço podem usufruir de várias modalidades desportivas.

Abordou que a Rua Padre Agostinho Inácio Machado, na freguesia de Santa Cruz, junto à Escola EB/JI Dr. José Pereira Botelho tem dois sentidos e, em sua opinião, devia ser marcado um traço contínuo na rua, de forma a disciplinar o trânsito naquela via.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, expôs que já foi explicado que a Travessa da Quebrada já teve o sentido inverso mas houve alguns acidentes por falta de visibilidade e dificuldades na saída para a Rua Cidade de New Bedford.

Sobre a situação de haver moradores da Rua do Vigário que estacionam as suas viaturas no parque de estacionamento do Aquafit referiu que tem conhecimento desta situação, mas também por uma questão de coerência e bom senso, explicou que, depois de ouvir o que os moradores disseram, não podia deixar de ficar sensível, porque quem mora naquela rua também têm crianças. Quando chegam a casa não têm espaço para estacionar e em dias de chuva e com crianças pequenas torna-se muito complicado. Os utentes do Aquafit também estacionam as suas viaturas ao longo da Rua do Vigário e os residentes ficam sem espaço para estacionar junto às suas moradias. Os moradores já disseram que se lhes for proibido estacionarem no parque de estacionamento do Aquafit, vão solicitar a proibição de estacionamento na Rua do Vigário, exceto para os moradores. Se isto acontecer, os utentes do Aquafit vão ter que utilizar os outros parques de estacionamento existentes, que ficam mais distantes.

Sobre a dificuldade de circulação do trânsito na Rua Padre Agostinho Inácio Machado, na via com dois sentidos, referiu que só acontece porque as pessoas estacionam as suas viaturas numa das faixas de rodagem, obrigando os condutores a utilizarem a outra faixa. Existe um sinal de trânsito a proibir o estacionamento naquela via.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que, em sua opinião, faz todo o sentido a deslocação do Ginásio do Aquafit, porque já não há margem de manobra para o Ginásio crescer naquele espaço. Assim, sugeriu que seria conveniente proibir o estacionamento na Rua do Vigário e utilizar o parque de estacionamento do Aquafit, porque aquela rua não tem passeios, nem condições para haver estacionamento.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que continua preocupado com a situação dos acessos ao Parque Industrial da Chã do Rego d'Água, na Freguesia do Cabouco. Acrescentou que os Parques Industriais têm cada vez mais procura e os seus acessos são fundamentais.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal de Lagoa e a Câmara Municipal da Ribeira Grande acordaram pavimentar o "Troço da Marques", situado na zona de ligação entre os dois Concelhos e próximo do Parque Industrial da Chã do Rego d'Água. A Câmara Municipal de Lagoa já adjudicou a obra, da parte correspondente ao seu Concelho, e os trabalhos já iniciaram. A conclusão daquela obra é crucial, pois irá libertar a circulação do trânsito pesado do centro da Freguesia do Cabouco.

Mais informou que este ano, irão avançar com a candidatura aos Fundos Comunitários, para o acesso à Zona Industrial pelo lado do Cabouco. Assim, ficam resolvidos os acessos ao Parque Industrial.

O Deputado Municipal Jorge França, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou os seguintes pontos, relacionados com o trânsito, na freguesia de Santa Cruz:

- Colocação de um espelho na Rua D. Manuel Medeiros Guerreiro, junto à casa do Senhor Tavares;
- Colocação de pilaretes junto ao passeio, no Largo do Chafariz, desde o café até ao minimercado, de modo a evitar o estacionamento de viaturas e a facilitar as manobras dos autocarros;
- Rebaixamento da passadeira junto à Escola EB/JI Dr. José Pereira Botelho.

Alertou ainda a Câmara Municipal, para a situação da colocação de papel e cartão na rua, junto ao minimercado, no Largo do Chafariz, o que dá um aspeto muito desagradável, quase parece uma lixeira.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção de todos e os esclarecimentos prestados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão José Pedro Medeiros, Presidente da Direção da Associação Ecológica - Amigos do Calhau, que manifestou a intenção de intervir, no período de intervenção ao público.

O cidadão José Pedro Medeiros saudou todos os presentes e expôs o que lhe trouxe a participar nesta sessão da Assembleia Municipal, foram dois assuntos agendados, designadamente, os pontos 4 e 5. A proposta de inclusão de Normas Regulamentares de Salvaguarda do Património Azulejar no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores e a proposta de instrução do processo para a Classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como de Interesse Municipal.

Felicitou a Câmara Municipal de Lagoa por esta classificação, uma vez que antes estava previsto só a classificação da chaminé e agora a classificação é mais abrangente. Referiu que assistiu à votação e à explicação dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de que a deliberação será publicitada no Jornal Oficial e questionou se têm a aprovação dos proprietários.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a respetiva Lei refere que, só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respetivos proprietários, neste caso em concreto, trata-se de um bem imóvel.

O cidadão José Pedro Medeiros questionou quais as normas que foram incluídas no ponto 4 da agenda de trabalhos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que no Concelho de Lagoa existem, ainda, seis habitações cujas fachadas são todas em azulejos. Com esta alteração, no

Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, estão a garantir que no futuro quem ficar ou comprar aquelas habitações, ficam proibidos de remover os azulejos de fachada, bem como, de demolir as fachadas revestidas a azulejos e ainda a demolição de outros elementos de barro cozido produzidos na Lagoa e associados às frontarias ou existentes nas entradas das moradias.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão José Pedro Medeiros e os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria, uma vez mais, de agradecer a presença de todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e dez minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

O SEGUNDO SECRETÁRIO
